A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Luciana Soares da Silva[1]

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a construção da violência simbólica contra a mulher no discurso jornalístico. Para nós, é possível reconhecer, nesse tipo de discurso, tendo em vista a discussão de Michaud (1989), a violência em dois aspectos: por um lado, encontramos os relatos de atos de violência referidos nele e, por outro, podemos perceber os estados de violência não referidos, mas promovidos por ele. Essa afirmação parte do pressuposto de que os estados podem ser construídos ou reproduzidos pelo discurso jornalístico, uma vez que sua formação discursiva está de acordo com uma formação ideológica, na qual se reconhece, por exemplo, a discriminação entre os sexos.

O conceito de estado de violência, portanto, diz respeito aos danos causados à vítima em sua integridade moral e simbólica. Ao focalizarmos o discurso jornalístico, tal premissa pode ser comprovada, uma vez que são reproduzidos nele estereótipos construídos socialmente que confirmam e perpetuam a desigualdade nas relações de gênero. Embora não haja agressão física, a mulher é violentada simbolicamente.

Diante disso, focalizamos a metáfora conceptual visando a discutir de que modo esse recurso corrobora para a construção da violência simbólica contra a mulher no discurso jornalístico. Tal propósito é motivado pelos estudos de Lakoff e Johnson (2002), os quais abordam a metáfora como fenômeno cognitivo-social, desfazendo a visão que a restringia aos textos literários; pelos estudos da área de Análise do Discurso (AD), na perspectiva de Maingueneau (2002) e Charaudeau (2006), que trazem a relação intrínseca da linguagem e as relações sociais; e pelos estudos de Bourdieu (1999; 2003), que propõe o conceito de violência simbólica, sobretudo, ao discutir a dominação masculina na sociedade.

De acordo com o nosso estudo, as metáforas exercem um papel ideológico no discurso jornalístico. Se, por um lado, as metáforas refletem a concepção do mundo de

[1] Doutoranda em Língua Portuguesa na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e professora da Faculdade Zumbi dos Palmares (FAZP).

certa cultura, por outro, podem construir o modo como se conceberá as questões apresentadas de acordo com as intenções do seu enunciador. Por meio da análise das metáforas conceptuais, reconhecemos as representações sociais dos sujeitos envolvidos, tanto do produtor do texto quanto dos que são citados (a mulher) e podemos verificar, através dessas representações, aspectos que garantem a manutenção da *violência simbólica*.

Para atender ao nosso objetivo, selecionamos textos do jornal *Folha de S. Paulo* e o analisamos a partir de nossos pressupostos teóricos.

Fundamentação teórica

A definição do termo violência é motivadora de diversas questões. No que tange ao senso comum, reconhecemos a violência restrita ao sentido de agressão física, sendo fácil reconhecê-la em um assalto ou estupro. Todavia, queremos destacar as contribuições de Michaud (1989) para seu estudo. Segundo o autor:

> Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários as atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (Michaud, 1989, p. 10-11)

Nessa direção, o estudioso aponta uma reflexão, como dissemos anteriormente, acerca do que conceituou como atos e estados de violência. Os atos suscitam a ideia de ação sobre o outro que necessariamente liga-se aos aspectos físicos, já os estados a de estar submetido a certa condição. Embora possa parecer uma definição um tanto evidente, cabe salientar que entre esses termos é mais fácil reconhecer a existência dos primeiros do que dos segundos, uma vez que, em muitas vezes, os estados de violência são assimilados socialmente tornando-se quase imperceptíveis. Conforme o autor, “Pode-se matar, deixar morrer de fome ou favorecer condições de subnutrição” (cf. 1989, p. 11), assim, relacionar a violência ao homicídio é mais provável do que relacioná-la à falta de políticas sociais.

Pensando na questão social, cabe ressaltar as contribuições de Odália (1991), no tocante à definição de violência, da qual destacamos o que denominou violência social. Apesar de considerar que toda violência é social, o autor nos leva a refletir acerca da discriminação racial, das desigualdades entre classes, separação entre sexos entre outros. Esse tipo de violência atinge a própria condição humana, levando ao desrespeito

do ser humano ao negar-lhe condições adequadas de viver em sociedade, caracterizando-se por ser um fato estrutural.

Bourdieu (1999; 2003), por sua vez, discute a violência observando as produções simbólicas, relacionando-a ao exercício do poder simbólico. Para ele, o poder simbólico refere-se ao poder invisível entre o dominante e o dominado, surgindo como todo o poder que consegue impor significações como legítimas. O autor, assim, afirma:

> A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/ baixo, masculino/ feminino, branco/ negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim, naturalizadas, de que seu ser social é produto. (Bourdieu, 1999, p. 47)

Em Bourdieu (1999), a violência simbólica é marcada por uma relação implícita de submissão, por consenso ou por força, sem que os dominados reconheçam o aspecto coercitivo do poder. Desse modo, a violência simbólica funcionaria como a naturalização/subjetivação das estruturas objetivas, ou seja, a internalização de crenças na opressão como algo inevitável, ou a demonização/desumanização de indivíduos de maneira tal que se naturaliza a associação direta entre negros/maus, mulher/frágil, nordestino/sujo etc..

Sobre esse assunto, Hanks (2008, p. 55), discutindo os estudos de Bourdieu, diz que a violência simbólica é uma relação estrutural, não dependendo nem de atos violentos nem de intenções que possam gerá-los. A mulher, por exemplo, sendo classificada, avaliada, estereotipada ou descrita a partir das relações estabelecidas na relação dominado-dominante torna-se objeto da violência simbólica.

Vale ressaltar que, ao focalizar a violência simbólica, Bourdieu (1999) afirma que não está minimizando os atos violentos, tais como a exploração e violência contra as mulheres, ou desculpando os homens por esse tipo de violência. Para ele, essa visão é simplista e não corresponde à sua proposta teórica, em que se almeja “a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (p. 46). Para o estudioso, a violência simbólica, física e estrutural não são estáticas/ separadas entre si. Sendo assim, podemos dizer que a violência simbólica expressa, no discurso jornalístico e em outros discursos, poderia pavimentar o caminho para outras formas de violência.

A violência contra a mulher apresenta-se de maneira particular entre os conceitos citados anteriormente. Se a enquadrarmos na visão *michaudiana*, podemos identificá-la

tanto em *atos* quanto em *estados* de violência, uma vez que sofre agressões físicas de seus companheiros, mas também repressões provenientes de uma sociedade patriarcal, em que reconhecemos a relação entre homens e mulheres caracterizada pelas desigualdades socioculturais construídas historicamente, havendo a imposição do poder masculino em detrimento dos direitos das mulheres (cf. Teles e Melo, 2002, p. 16).

Nesse sentido, podemos, ainda, observar a violência contra a mulher a partir da abordagem de Bourdieu (1999), na qual se verifica a violência simbólica como a relação estrutural entre homens e mulheres, sendo estas últimas dominadas pelos primeiros. A violência aqui, então, ultrapassa os atos e passa a ser abordada a partir da estrutura social, em que, segundo o autor, há a legitimação do poder simbólico.

Ao focalizar a mídia, Michaud (1980) ressalta que ela precisa do acontecimento sensacional, o que a aproxima da violência, já que esta última traz em si uma carga de ruptura. Por essa razão, o autor discute três questões. A primeira delas baseia-se no fato de que o indivíduo relaciona-se com os acontecimentos por meio de duas formas: pela sua experiência direta ou pelo testemunho e/ou evidências indiretas. Se por muito tempo os testemunhos escritos ou orais estabeleciam essa ligação, nos tempos modernos ela se faz pela veiculação de imagens pela mídia, trazendo uma ideia de veracidade aos acontecimentos veiculados. Contudo, as imagens são passíveis de distorções, de seleção, de legendagem, de enquadramento e de montagem, o que as tornam enganosas. Logo, as imagens de violência também são alvo dessas manipulações.

Já a segunda questão trata da concorrência pela aquisição e transmissão das imagens de violência. De acordo com o autor, essa é uma maneira de controlar não apenas o conflito, mas também o modo como ele será apresentado. Conforme a perspectiva, certo grupo pode ser apresentado como vilão ou vítima diante de certo conflito. Como por exemplo, nos ataques terroristas, em que, dependendo do enfoco dado, podem ser vistos como um ato de heroísmo ou de violência.

Por fim, há ainda o que autor chama de banalização das imagens e, por consequência, da própria violência. De acordo com sua perspectiva, as imagens de violência são veiculadas de modo normal, retirando-se dela sua terribilidade.

> Os estudos em meio real são menos significativos. Mas não há dúvida de que as imagens da violência contribuem de modo não desprezível para mostrá-la como mais normal, menos terrível do que ela é, em suma: banal. Cria-se assim um hiato entre uma experiência anestesiada e as provas da realidade, raras mas muito mais fortes.(Michaud, 1989, p.51).

Odalia (1991), focalizando o que chama de violência institucional, corrobora com essa discussão de Michaud (1989) ao afirmar o efeito nas pessoas quando tomam contato com situações de violência:

> A impressão amarga que nos resta na boca é a de que riquezas e misérias são consumidas, através do jornal, do cinema, da televisão, em doses tão maciças que a vizinhança espúria funciona como um antídoto – inibidor dos germes da revolta e do inconformismo. É como se experimentássemos a sensação de alívio porque a miséria está com o outro, e a riqueza poderá um dia estar conosco. (Odalia, 1991, p. 28).

Já Bourdieu (1997), ao abordar a mídia televisiva, afirma que a televisão exerce a violência simbólica de forma particular e prejudicial. Relembrando que a violência simbólica é desempenhada pela cumplicidade daqueles que a sofrem e também daqueles que a exercem, o autor releva que os estudos sociológicos e das demais ciências podem contribuir para minimizar a violência simbólica nas relações sociais e, em especial, nas relações de comunicação exercidas pela mídia. (cf. p. 22).

De acordo com o sociólogo, as notícias de variedades que mais atraem a mídia, sobretudo a sensacionalista, são de sangue e sexo e de drama e crime. No entanto, também são inclusas nessas variedades notícias que interessariam a todo mundo, que formam consenso, mas que não aborda o que realmente é importante. Segundo Bourdieu (1997), essa é uma parte da ação simbólica da televisão que detém o poder sobre o que será noticiado e o tempo destinado a cada coisa, possibilitando a ela a determinação do que será veiculado e privilegiado:

> A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação das cabeças de uma parcela muito importante da população. Ora, ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveria possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos. (Bourdieu, 1997, p. 23-24).

Observando as considerações dos autores, constatamos que é possível reconhecer a violência no discurso jornalístico em pelo menos dois aspectos. Por um lado, temos a veiculação das notícias sobre atos violentos, ao passo que, por outro lado, temos a promoção da violência pelo próprio discurso jornalístico.

Sobre o primeiro aspecto, conforme Dias (1996), a violência nos jornais, em especial na imprensa sensacionalista, ganha destaque por mostrar-se como um desvio, uma ruptura da normalidade. Há uma canalização dos assuntos relacionados à violência, fazendo com que fatos, acontecimentos e ideias sejam expostos de modo chocante, a fim de levar a emoção a níveis extremos. Todavia, a recorrência dessas notícias no jornalismo promove sua banalização e integração no dia a dia do leitor. A autora complementa: “De fato, observa-se que a violência retratada pelos jornais sensacionalistas vê-se potencializada em relação à violência vivida na realidade e essas

distorções amenizam as violências efetivas, quando em confronto com as que nos são mostradas" (p. 103).

Já sobre o segundo aspecto, verificamos que o discurso jornalístico demonstra-se como um lugar em que reconhecemos a violência simbólica. Essa ideia é confirmada quando constatamos que o discurso jornalístico, em suas diversas manifestações (escrita, televisiva etc.) tem o domínio das informações que chegarão a seus interlocutores. Tal poder invisível, como apresenta Bourdieu (1997), propicia que haja uma relação de dominação.

Nesse ponto, também é possível distinguir duas formas de exercício dessa violência simbólica: uma delas diz respeito ao poder exercido pelo discurso jornalístico sobre seus interlocutores, no qual o acesso à informação depende da intencionalidade da instância de produção jornalística; a outra diz respeito às demais formas de violência simbólica reproduzidas no discurso jornalístico na veiculação das notícias, é o que ocorre na representação da mulher, do negro, do nordestino e de outros grupos discriminados na sociedade. Fato que exploraremos na análise do *corpus*, focalizando a mulher na política.

Análise do *corpus*

Para discutir a questão da violência contra a mulher no discurso jornalístico, organizamos a amostra em duas partes. O primeiro texto analisado, *Benditas Mulheres*, de Carlos Heitor Cony, indicia a temática feminina no campo político dentro do discurso jornalístico:

> **Benditas mulheres**[2]
>
> **RIO DE JANEIRO** - Quase que de uma hora para outra, na política, as mulheres estão fazendo aquilo que antigamente se dizia: "botando as manguinhas de fora". Deixaram a cama, o tanque e o fogão para ocupar o lugar que antes era de exclusiva obrigatoriedade dos homens.
>
> Já foi época em que, segundo versão corrente que se ouvia em toda parte, no Nordeste brasileiro, as mulheres só falavam três frases na vida: "Não chora, menino!", "Xô, galinha!" e "Não me mate, marido!".
>
> Os tempos mudam, e nós, com eles -disse o poeta Virgílio. Hoje as mulheres não ganharam, mas conquistaram direito a dizer outras coisas -e a fazer também. São ouvidas nas academias, simpósios, congressos, colóquios, estão penetrando na política, ocupando cargos importantes outrora reservados aos homens.

[2] Disponível também em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0109200905.htm Acesso em 23/08/2011.

> Sem mencionar as muitas mulheres que estão no poder, temos no Brasil a oportunidade de discutir o nome de duas delas para a Presidência. Uma delas é executiva, outra seria aquilo que podemos chamar de formadora de opinião. Ambas com respectivo mérito.
>
> Sou admirador de São Paulo, não o Estado, mas o apóstolo. Grande escritor e também formador de opinião. Em geral, concordo com ele, mas discordo de uma de suas mais conhecidas opiniões: "Mulieres in ecclesiis taceant" -as mulheres devem se calar nas igrejas (Coríntios I, cap.14, v.34).
>
> O "ecclesiis" aí de cima não se refere especificamente às igrejas, mas aos comícios e reuniões públicas. Como se vê, São Paulo recomendava para elas a exclusividade da cama, do tanque e do fogão. Hoje, felizmente, elas estão aí, tomando decisões, sendo contestadas e aprovadas e não apenas desejadas como objeto de vil concupiscência.
>
> Alvíssaras! Evoé! Nem tudo está perdido neste mundo insosso dos homens.
>
> (CONY, Carlos Heitor. Benditas mulheres. *Folha de S. Paulo*. 01/09/2009. Opinião, p. A2)

O primeiro aspecto que destacamos nesse texto de opinião é o título *Benditas mulheres*, o qual indicia, sobretudo, a interdiscursividade. Como afirma Maingueneau (2007), o discurso não se constitui independentemente de outros discursos, ao contrário se constitui no interior de um interdiscurso. Assim, verificamos, nesse ponto, que os campos discursivos jornalístico e religioso inter-relacionam-se, por meio da alusão à oração *Ave-Maria*:

> **Ave Maria**[3]
>
> Ave Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco. *Bendita sois vós entre as mulheres* e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus. Santa Maria, mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora da nossa morte. Amém.

Interessante notar que o título do texto faz uma alusão a um trecho da oração (em destaque). De acordo com a tradição católica, Maria foi a mulher escolhida por Deus para gerar seu filho Jesus Cristo, sendo o menino concebido sem “pecado original”, ou seja, Maria ficou grávida graças a manifestação divina e não pelos meios humanos, com contato sexual. Esse fato torna Maria uma mulher especial frente às outras, colocando-a em destaque na Igreja Católica e fazendo dela *bendita* entre as mulheres.

[3] Disponível em http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/indice_po.html Acesso em 22/01/2012.

O enunciador do texto, ao fazer essa alusão, confere às mulheres envolvidas na política o título de *benditas*, criando um paralelo com a mulher mais importante na Igreja Católica. Vale ressaltar que *ser bendita* ultrapassa o destaque frente aos demais, já que sua origem latina significa *abençoada*. Assim, pautando-nos em Charaudeau (2006), além da categoria de conhecimento, em que se prima pela racionalidade e desenvolvimento da informação, o *fazer saber*, é reconhecida no texto a categoria de crença, em que se objetiva alcançar o sujeito pelo seu olhar subjetivo do mundo, o *fazer sentir.* Embora haja outras confissões religiosas, o catolicismo é muito presente no Brasil, que é considerado o país mais católico do mundo[4].

A remissão ao discurso religioso também é feita no corpo do texto, por meio do discurso direto. O enunciador cita um dito bíblico, demonstrando uma opinião acerca da participação política das mulheres, a fim de contestá-la. A estratégia usada nesse ponto, como discutido por Maingueneau (2002), visa a criar um distanciamento do enunciador citante do dito relatado:

> Sou admirador de São Paulo, não o Estado, mas o apóstolo. Grande escritor e também formador de opinião. Em geral, concordo com ele, mas discordo de uma de suas mais conhecidas opiniões: *"Mulieres in ecclesiis taceant" -as mulheres devem se calar nas igrejas (Coríntios I, cap.14, v.34).* (Excerto. CONY, Carlos Heitor. Benditas mulheres. *Folha de S. Paulo*. 01/09/2009. Opinião, p. A2).

Identificamos, assim, na amostra, uma realidade sócio-histórica que posiciona as mulheres à parte das deliberações políticas a serem tomadas. Pelo recorte, é possível verificar a origem religiosa desse princípio que vai ao encontro das discussões feitas por Saffioti (2004) acerca do patriarcado. À figura masculina é dado o poder de decisão. Além desse aspecto religioso, reconhecemos a citação de ditos populares que seguem na mesma direção:

> Já foi época em que, segundo versão corrente que se ouvia em toda parte, no Nordeste brasileiro, as mulheres só falavam três frases na vida: *"Não chora, menino!", "Xô, galinha!" e "Não me mate, marido!".* (Excerto. CONY, Carlos Heitor. Benditas mulheres. *Folha de S. Paulo*. 01/09/2009. Opinião, p. A2).

[4] De acordo com o Censo 2000, 73,55% da população declaram-se católicos. (Disponível em http://www.fgv.br/cps/religioes/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/Localiza%C3%A7%C3%A3o_NOVA_lista_opcoes.htm Acesso em 23/01/2012).

As expressões postas entre aspas indicam os lugares em que a mulher ocupa socialmente. Tal como afirma Bourdieu (1999), os espaços da casa são, de certa forma, "sexuados", fazendo com que eles sejam divididos entre homens e mulheres. Como vimos no capítulo sobre violência, enquanto ao homem são reservados os espaços externos e a sala, à mulher são reservados os espaços internos e a cozinha. Estando a mulher limitada ao espaço doméstico, a ela cabe o cuidado dos filhos: "Não chora, menino!", e o cuidado da limpeza da casa: "Xô, galinha!". A última expressão, contudo, retrata os atos de violência sofridos pelas mulheres: "Não me mate, marido!".

No conjunto do texto, são apresentadas duas posições em relação à participação da mulher na vida política: por um lado, o enunciador evidencia a restrição das ações femininas no espaço político, por meio da evocação do campo discursivo religioso e do discurso relatado; por outro, o enunciador posiciona-se contrariamente a essa restrição, enaltecendo o fato de as mulheres estarem conquistando cargos elevados e de haver duas mulheres na disputa da Presidência. Essa posição tomada pelo enunciador configura um papel imprescindível da instância de produção, o de apresentar-se como séria e livre de preconceitos, a fim de promover sua credibilidade. Seria inaceitável pela instância de recepção do discurso jornalístico a declaração de redução da participação feminina na sociedade. Embora essa ideia apareça nas entrelinhas da construção do discurso jornalístico, como veremos em outras análises, a possibilidade de que haja explicitação é mínima.

Assim, reconhecemos que a temática *mulher e política* ganhou destaque maior já nas prévias das eleições, dado ao fato de duas mulheres aparecerem na disputa. Esse contexto tanto demonstrou um contexto social de inserção da mulher em cargos políticos de poder, quanto motivou a instância de produção jornalística a abordar o tema. Além disso, é possível reconhecer a constatação de uma violência simbólica contra a mulher que perpassa a sociedade e parece estar na "ordem das coisas" (cf. Bourdieu, 1999), como vimos no primeiro parágrafo da amostra:

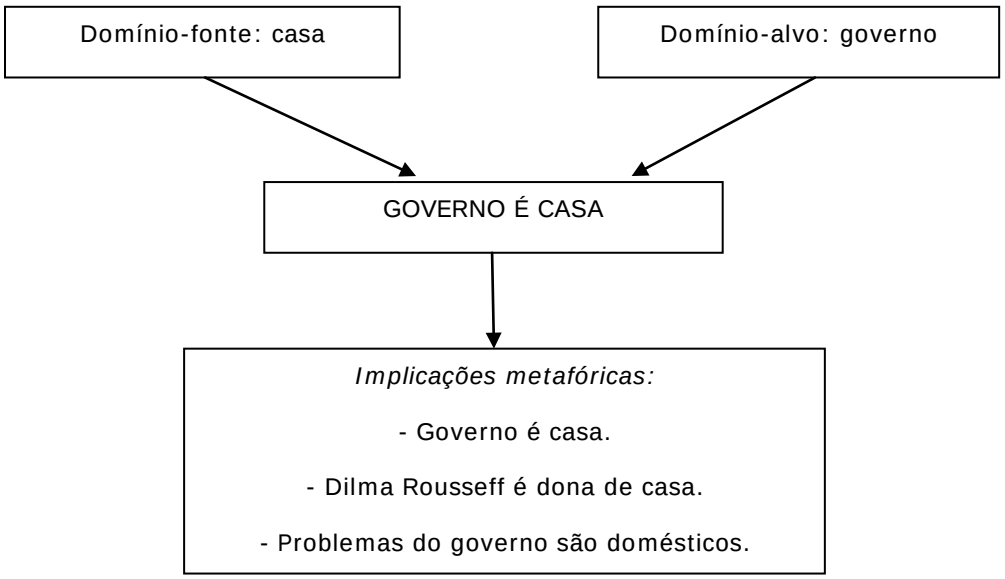
> Quase que de uma hora para outra, na política, as mulheres estão fazendo aquilo que antigamente se dizia: "botando as manguinhas de fora". Deixaram a cama, o tanque e o fogão para ocupar o lugar que antes era de exclusiva obrigatoriedade dos homens. (Excerto. CONY, Carlos Heitor. Benditas mulheres. *Folha de S. Paulo*. 01/09/2009. Opinião, p. A2).

Outra forma de representação de Dilma Rousseff foi o uso de metáforas. Entendendo aqui metáfora como "entendimento de um conceito em termos de outro"

(Lakoff e Johnson, 2002), reconhecemos nos recortes três metáforas estruturais. A primeira delas diz respeito à forma como o então candidato ao governo do Paraná, Osmar Dias, refere-se à candidata Dilma:

> **Dilma**
>
> A Dilma sendo eleita presidente, *quem é que vai ter condições de entrar pela porta da cozinha da casa dela para dizer a ela o que os paranaenses desejam?* Eu tenho esse direito, até porque ela me chamou na casa dela duas vezes para que eu fosse candidato. (Excerto. Aliado de Lula no PR quer reprimir invasão de terra. *Folha de S. Paulo*. 02/09/2010. Poder, A12)

A partir desse excerto, podemos identificar a metáfora estrutural GOVERNO É CASA[5], na qual se pode verificar novamente a relação da mulher e o espaço da casa discutida por Bourdieu (1999), por meio das implicações metafóricas:



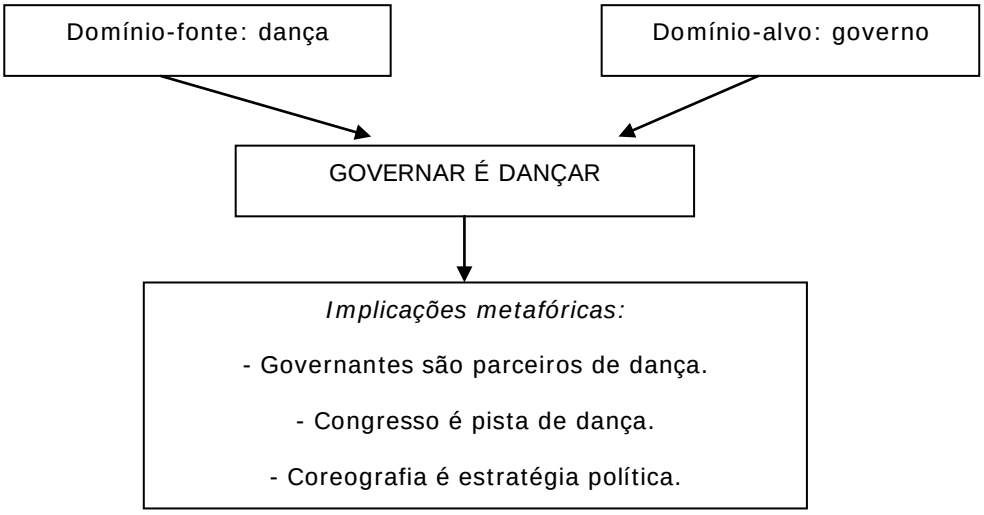
Outro excerto também corrobora com essa metáfora estrutural:

[5] Para referirmo-nos aos conceitos metafóricos, utilizaremos letras maiúsculas tal como postulado por Lakoff e Johnson (2002).

A terceira metáfora estrutural percebida também diz respeito ao governo, porém estabelecendo um metáfora nova: GOVERNO É DANÇA:

(Dois pra lá dois pra cá. *Folha de S. Paulo*. 03/07/2011. Poder, p. A10)

Chama atenção o fato de a ilustração da reportagem basear-se no tango, o qual se fundamenta na condução da mulher pelo homem. A partir desse recorte, é possível construir as seguintes implicações metafóricas:



Diante do material analisado, verificamos que, embora a mulher tenha tido ascensão no meio político, alguns resquícios da violência simbólica revelam-se por meio do discurso, entre eles, a relação patriarcal da casa (faxina).

A instância de produção jornalística não explicita, dados os seus princípios de seriedade, preconceitos contra a mulher, mas indicia esse comportamento na maneira como organiza seu discurso. Na amostra, as metáforas estruturais são baseadas nas relações socioculturais estabelecidas no cotidiano, o que Bourdieu (1999) chama de "ordem das coisas".

Há, ainda, um sutil toque de humor, ao serem estabelecidas relações entre o cargo político (presidente) e a profissão assumida principalmente pelas mulheres (diarista). Tal como afirma Bergson (2004), o riso vem da inferiorização do outro, nesse caso, portanto, a mulher, em um espaço de poder é "deposta" de seu cargo para relembrar a sua submissão nas relações domésticas.

Considerações finais

Nesse sentido, podemos, ainda, verificar a violência simbólica como a relação estrutural entre homens e mulheres, sendo estas últimas dominadas pelos primeiros. A

violência aqui, então, ultrapassa os atos e passa a ser abordada a partir da estrutura social, em que há a legitimação do poder simbólico.

Ao focalizarmos o discurso jornalístico, tal premissa pôde ser comprovada, uma vez que são reproduzidos nele estereótipos construídos socialmente que confirmam e perpetuam a desigualdade nas relações de gênero. Embora não haja agressão física, a mulher é violentada simbolicamente. Salientamos, contudo, que esse tipo de violência à qual a mulher é submetida já está tão assimilada em nossa sociedade que passa despercebida, ou, numa concepção mais grave, nem é reconhecida como violência, reproduzindo assim, sutilmente, dia a dia, a desigualdade de gênero.

Referências bibliográficas

BERGSON, Henri. *O riso*: ensaio sobre a significação da comicidade. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 6 ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A dominação masculina.* Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Sobre a televisão*. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Tradução Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência*: as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: EDUC/ Cortez, 1996.

HANKS, William F. *Língua como prática social*: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. Tradução Anna Christina Bentes et al. São Paulo: Cortez, 2008.

LAKOFF, George e JOHNSON, Mark. *Metáforas da Vida Cotidiana.* Tradução Mara Sophia Zanotto (coord.). São Paulo: Educ, 2002.

LAKOFF, George e TURNER, Mark. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: The University of Chicago Press. 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. Curitiba, Criar Edições, 2007.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Tradução Cecilia P. de Souza-e-Silva, Decio Rocha. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia* (jornalismo como produção social da segunda natureza). São Paulo: Ática, 1989.

MICHAUD, Yves. *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

ODALIA, Nilo. *O que é violência*. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

TELES, Maria A. de A. e MELO, Mônica. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.